

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO – CETRAN SECRETARIA DE APOIO AO CONSELHO

AO SENHOR(A) PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO - CETRAN/AC

DADOS DO RECORRENTE					
NOME					
NOME SOCIAL (SE HOUVER)					
CPF/CNPJ			RG		
ENDEREÇO			NÚMERO		
BAIRRO		MUNICIPIO			
NOME DO PROCURADOR LEGAL (SE HOUVER)				RG/CPF	
DADOS DO VEÍCULO	1				
PLACA	MARCA/MODEL	LO		MUNICÍPIO	
DADOS DA INFRAÇÃO					
AUTO DE INFRAÇÃO		ARTIGO (CTB)		DATA DA INFRAÇÃO	
O requerente, acima qua					
Recurso de Infração - JARI, amparado pelo art. 288 do CTB, pelas razões e fundamentos a seguir expostos:					
P: P		J.			
Rio B	oranco – AC	de			
				_de	
				_de	_

CÓPIAS NECESSÁRIAS PARA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Decisão da JARI;	
Cópia do documento contendo a data da ciência do julgamento;	
Cópia do auto de infração;	
Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) ou doci	umento emitido pelo sistema de consulta
do DETRAN;	
CNH ou Documento de Identificação e CPF/CNPJ do recorrente;	
Procuração, quando for o caso, contendo documentação de identifica	ação (OAB, se for o caso);
Documentos que comprovem a representação no caso de pessoa ju	rídica.

INSTRUÇÕES DA RESOLUÇÃO Nº 900/22, DO CONTRAN

- 1. Poderão apresentar recurso somente: o proprietário do veículo, o condutor identificado ou o procurador legal devidamente constituído.
- 2. O recurso deverá ter somente um auto de infração como objeto.
- 3. O requerimento deverá estar legível, de modo a não ocasionar dúvidas para análise do mesmo.
- O recurso não será reconhecido quando for apresentada fora do prazo legal; NÃO for comprovada a legitimidade; NÃO houver assinatura; NÃO houver o pedido, ou este for incompatível com a situação.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- A FALTA DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO NA JARI 1º INSTÂNCIA IMPEDE A APRESENTAÇÃO DE RECURSO EM 2º INSTÂNCIA/CETRAN, NOS MOLDES DO ART. 288 DO CTB;
- Este formulário deverá ser entregue no guichê de atendimento da Secretaria de Apoio ao Conselho Estadual de Trânsito ou no órgão de trânsito da residência ou domicílio do infrator (Art. 287 CTB);
- Não serão aceitas rasuras ou emendas, sem ressalvas, ou colagem de papel sobre o requerimento;
- O recurso poderá ser formulado em um requerimento a parte, porém deverá conter os dados do recorrente, do veículo, da infração e da autuação e todas as vias deverão ser assinadas pelo requerente ou procurador;
- No caso de procuração, deverá ser observada a legislação vigente, incluindo as Portarias do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AC, Resoluções do CONTRAN e CETRAN\AC.